

CAPÍTULO 6

“Ser ou não ser negra?” Colorismo e construção de identidade no YouTube sob a perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional e da Avaliatividade

Marco Túlio Pena Câmara
Universidade Estadual de Campinas
marcotulio.camara@gmail.com

Izadora Silva Pimenta
Universidade Estadual de Campinas
i189201@g.unicamp.br

1. Introdução

Em uma sociedade cada vez mais conectada, a tecnologia tem sido um aparato midiático para a disseminação de informação, ideias e ideais, alterando, também, os lugares de produção e recepção, hibridizando-se. No entanto, o impacto não foi só na comunicação, mas também na militância e no ativismo, considera-

do por nós como a busca pela transformação de uma realidade por meio de uma ação política (ARENDR, 2010), tendo a Internet como principal meio de divulgação.

Nesse sentido, o artigo visa analisar um vídeo de um canal do YouTube e as reações expressas nos comentários. Para tanto, iremos concentrar nossas análises no âmbito da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), sobretudo no Sistema de Transitividade, bem como no Sistema de Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005), como forma de entender as relações que existem entre a linguagem e as funções que esta desempenha na configuração social em questão.

O vídeo em análise é “Colorismo, ser negro e os 3 mitos da mulher negra”¹⁴, do canal *Afros e Afins*. Nele, Nátaly Neri explica o conceito de colorismo e reflete sobre as representações da mulher negra construídas socialmente. Destacamos o didatismo do vídeo e o discurso direto, voltado ao interlocutor, como em uma conversa, visando à construção do conhecimento e reflexões sobre questões raciais alçadas pela produtora.

Assim, esperamos contribuir para a discussão e a relação entre linguagem e tecnologia na exemplificação e prática do midiativismo e como o receptor consome tais conteúdos e se expressa na avaliação do produto. Dessa forma, percebemos que os vídeos do YouTube, principalmente quando relacionados a temas sociais, podem ser uma alternativa educacional no sentido de aproximação do público jovem e o didatismo presente nele, o que auxilia na discussão dentro de sala de aula e na formação crítica de estudantes enquanto cidadãos.

¹⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DGGaLz_NYDo>

2. A Produção no Ciberespaço e a Ressignificação do Ativismo

A partir dos modelos de interação provocados pelas TICs, as práticas dos sujeitos que estão inscritos em sociedades também podem tomar novos formatos e maneiras de atuação, com a possibilidade de promover alterações políticas relevantes por meio de suas interações e conteúdos. Tal possibilidade se torna tangível a partir do entendimento de que as mídias figuram como aliadas nesse processo.

É no contexto de hibridismo das instâncias de comunicação refletindo nas práticas de conteúdos midiáticos (LÉVY, 1998) que o *YouTube* figura como mídia agregadora de conteúdos (BURGESS; GREEN, 2009) e produto participativo da cultura de convergência sobre a qual estamos inseridos (JENKINS, 2009). O site iniciou suas atividades em 2005, ainda como repositório de vídeos já em circulação e de outras mídias e produtos, tornando-se, anos depois, um espaço para representação do próprio internauta, que passa a utilizá-lo como forma de representação de si mesmo. O *YouTube* passa, então, a se definir como uma plataforma destinada à expressão pessoal, algo que podemos perceber pela forma como tal mídia se autodefine: seu *slogan* é “*Broadcast yourself*” (“Transmitir-se”, em uma tradução livre). Tal característica é importante para nosso estudo, na medida em que “coloca o *YouTube* no contexto das noções de uma revolução liderada por usuários que caracteriza a retórica em torno da Web 2.0” (BURGESS; GREEN, 2009, p. 21).

Nesse sentido, Maia (2002) relaciona o surgimento e uso das tecnologias digitais com a revitalização da democracia, dado que a Internet proporciona maior ambiente de conexão e alcance, o que culmina na maior disseminação de conteúdos, cumprindo, portanto, o papel democrático de acesso e espaço para sujeitos políticos e sociais. É nesse sentido que Lévy (1998) acredita que a coletividade é uma forte característica desse meios de comunicação. Para ele, o ciberespaço é capaz de unir as condições de produção do “esquema em estrela”, de “um para todos”, ou seja, em que o emissor envia a

mesma mensagem a diversos receptores passivos; e do “esquema em rede”, de “um para um”, em que a mensagem é direcionada, implicando na reciprocidade e em uma comunicação mais direta e assertiva. Dessa maneira, ele afirma que “o ciberespaço permite, ao mesmo tempo, a reciprocidade na comunicação e a partilha de um contexto. Trata-se da comunicação conforme um dispositivo ‘todos para todos’”.¹⁵ (LÉVY, 1998, p. 44).

Nesse espaço considerado democrático de criação e circulação de conteúdos, é importante ressaltar a abordagem de ecologia dos meios, trabalhada por Scolari (2015). O autor postula que a teoria abarca a linguagem, desde seu surgimento até a vida digital, englobando, então, os diversos aspectos da comunicação. Tal característica é importante para nosso trabalho na medida em que considera a Internet como parte do processo comunicativo, as formas de veiculação de discursos e representações por meio da informação e as diversas linguagens que o ciberespaço permite. Nesse sentido, a metáfora sugerida por Scolari (2015) engloba dois sentidos em relação aos meios: i) enquanto ambientes, tendo a mídia como tecnologia que gera situações e contextualizações dos sujeitos inscritos nela; ii) enquanto espécies, que, tais como em estudos biológicos, precisam se adaptar para garantir suas sobrevivências.

Destacamos essa definição como ponto chave da classificação do YouTube como mídia e a relação das mídias com o ativismo, proposta deste artigo. A primeira interpretação nos permite analisar o vídeo em relação à subjetividade daquele que o produz e o impacto que tal produto pode gerar na instância receptora. Isso ocorre porque os vídeos do canal partem de uma seara pessoal, mas se enquadram em um ambiente público que visa uma transformação social mais abrangente na sociedade na qual estão inseridos e circulam. Já em relação à adaptação das mídias na atualidade, acrescentamos a ideia de convergência midiática (JENKINS, 2009) nesse processo. Dessa forma, altera-se o fluxo de conteú-

¹⁵ Reiteramos que consideramos a possibilidade de alcance e a comunicação multi dirigida, não específica a determinados grupos ou sujeitos.

do pelas plataformas presentes e propostas pela convergência de mídias, que passa a contar com a participação ativa dos sujeitos envolvidos na cadeia produtiva.

Esse aspecto corrobora a noção da coletividade presente nas redes sociais digitais, reforçada pela cultura da convergência. Dessa maneira, as produções possuem potencial de propagabilidade, que “se refere aos recursos técnicos que tornam mais fácil a circulação de algum tipo de conteúdo em comparação com outros” (JENKINS; GREEN; FORD, 2014, p. 26), o que presume a participação e colaboração de todos os envolvidos no produto em questão.

Com essa alteração no consumo midiático, a comunicação passa a ser mais voltada, então, a esse novo público, que apresenta, dentre outras, as seguintes características (JENKINS, 2009): i) é ativo, ou seja, pode produzir seu próprio conteúdo e interagir/questionar o produto ao qual consome; ii) é migratório, já que tem uma gama de conteúdos e meios para desfrutar a liberdade que a Internet prega sobre a navegação de diversas plataformas; iii) é mais conectado socialmente com o mundo, não se limitando a espaços territoriais, expandindo sua rede de contatos a partir de afinidades de gostos e interesses divulgados no ciberespaço; iv) é público e “barulhento”, ou seja, capaz de divulgar, enaltecer e publicizar o conteúdo que consome, atingindo outros públicos que, até então, não eram alvo da publicação original.

É nesse sentido que podemos relacionar a convergência midiática com o surgimento e crescimento do YouTube observando, também, a prática midiativista atual. Jenkins (2009) reconhece o poder que a Internet deu a “pessoas comuns” que, antes, na mídia tradicional, não encontrava espaço para que sua voz fosse ouvida ou conseguisse produzir o próprio conteúdo. Assim, o cidadão pôde, enfim, “expressar suas ideias, fazê-las circular diante de um público maior e compartilhar informações na esperança de transformar nossa sociedade” (JENKINS, 2009, p. 355).

Exemplo dessa ampliação no alcance e possibilidade de produção de conteúdo é nosso *corpus*, visto que o canal em aná-

lise não pertence a grandes conglomerados político-econômicos nem empresas midiáticas, sendo feito por uma pessoa comum da sociedade civil que, anteriormente, poderia não ter conseguido um espaço para que sua mensagem fosse veiculada. Nesse contexto colaborativo e livre, o YouTube estimula essas novas maneiras de expressão e promove maior visibilidade a essas mensagens, tendo em vista seu domínio público e alcance mundial. Essa característica favoreceu, além da criação de novos meios de comunicação, o fortalecimento do midiativismo, já que ampliou e difundiu o debate que se pretende estabelecer.

Para buscar a conceituação do termo midiativismo, devemos considerar essas novas formas de produção de conteúdo, incentivada, principalmente, pelas novas TICs e a sua intrínseca relação com as novas formas de militância (BRAIGHI, 2016). Considere-se, então, que o ativismo atual pode ter “se apropriado” dessa nova configuração midiática na expansão de seus ideais, alcance e a luta propriamente dita. Dessa forma, o midiativismo pode ser considerado uma nova maneira de se fazer política, por meio dos recursos tecnológicos que a comunicação se dispõe, criando novos movimentos sociais a partir da Internet, por exemplo.

Para a construção de conceito, tomamos como base os estudos da pesquisadora italiana Alice Mattoni (2013). Ela faz a distinção entre o ativismo na mídia, o ativismo sobre a mídia e o ativismo pela mídia. Segundo ela, o ativismo na mídia ocorre quando as tecnologias de informação são usadas como espaço de produção de conteúdos que objetivam a mudança almejada, além de ser uma forma de divulgação de vozes antes silenciadas. Já o ativismo sobre a mídia abarca os movimentos sociais como espaço de conexão entre eles e a ação política propriamente dita, com a possibilidade de resultar (e provocar) ações ativistas fora das mídias. Por fim, o ativismo pela mídia é considerado como um processo de mobilização, resultando no uso que os ativistas fazem das mídias, tendo em vista seus objetivos e modos de “servir” aos movimentos aos quais estão inseridos, como em uma cobertura de protestos, por exemplo.

É nesse contexto de novas mídias e reconfiguração, também do ativismo que se amparam nossas análises, considerando o YouTube enquanto aparato midiático e meio de divulgação de ideias e ideais, além de uma possível prática para o midiativismo, considerando sua consequência, não apenas o modo de fazer. Dessa forma, partimos do pressuposto de que o midiativismo visa à mudança social, a partir de problematizações que se dão e são incentivadas nos vídeos do YouTube, como abordaremos a seguir.

3. Construindo Significado: Racismo no Brasil, Colorismo e Linguística Sistêmico-Funcional

Como uma análise pautada na Linguística Sistêmico-Funcional (doravante LSF) depende da compreensão de um contexto de situação (HALLIDAY; HASAN, 1989) e de um contexto de cultura (EGGINS, 2004; MARTIN; ROSE, 2008) para ser realizada, é importante também compreendermos este trabalho a partir da ótica de que o Brasil vive sob uma suposta democracia racial (GUIMARÃES, 1995), que, muitas vezes, opera para sustentar a negação do racismo (VAN DIJK, 2005).

Ferreira e Caminha (2017 p. 162) ressaltam que, desde os processos de urbanização do Brasil, “a linguagem impunha os limites da separação de classes (do nós com eles) e da distinção de raças (entre brancos, índios e negros)”. Sendo assim, as representações positivas estavam sempre associadas ao branco europeu, o que contribuiu para a formação de um sistema de dominação complexo que acabou imperando nas lógicas de representação de trabalho, na qual os trabalhadores de pele negra mais clara gozavam de vantagens em relação aos trabalhadores de pele negra mais escura. O colorismo, como define Hunter (2007), é um processo de discriminação que parte da cor da pele. Dentro dessa lógica, quanto mais escura for a cor da pele, mais discriminada é a pessoa, de forma que as de pele mais clara detêm alguns privilégios em relação as de pele mais escura. Como lembra a autora, este processo está diretamente

relacionado ao sistema de racismo ao longo do mundo e é influenciado, sobretudo, pela mídia, que reforça certos padrões sociais, em que a “intensidade” dessa discriminação varia de acordo com o tom da pele (HUNTER, 2007, p. 238).

Como lembra Guimarães (1995), a discriminação racial no Brasil está pautada no fenótipo, o que envolve fatores como a cor da pele, o formato do nariz, a espessura dos lábios ou dos cabelos. Quanto mais marcados são estes fenótipos, mais marcada é a discriminação. Neste processo, a miscigenação no Brasil acaba operando para o embranquecimento de negros de pele clara, já que os brancos são retratados de forma “diversa e policromática” (CARNEIRO, 2011, p.71), enquanto o negro é marcado pela diferença - em contextos midiáticos, este acaba sendo trazido como único e estereotipado (COSTA, 2012, p.58).

Tendo uma noção mais ampla desse contexto de cultura presente na sociedade brasileira, bem como o contexto de situação específico, que é o vídeo sobre o tema postado no YouTube, devemos levar em consideração que essas experiências são organizadas pela linguagem. Segundo Halliday e Matthiessen (2014, p.30), a linguagem é utilizada para fazer sentido da experiência e realizar as relações sociais, de forma que todas as facetas da experiência humana podem acabar se transformando em significado, por meio do texto dentro de determinado contexto.

Este texto é, assim, produto de uma situação em particular e construído para gerar significado dentro desta mesma situação (FUZER; CABRAL, 2014). A partir do texto, também podemos identificar os elementos referentes a cada contexto, cuja definição ampliamos a partir de Halliday e Hasan (1985): a linguagem é colocada em uma perspectiva sociosemiótica e opera a partir de três variáveis de Registro: o **campo**, que define aquilo o que ocorre no momento da produção do texto; as **relações**, que dizem respeito a quem está dentro desse discurso, bem como o papel de quem profere o texto mediante o contexto de situação; e o **modo**, que define a forma como esse texto é comunicado ou organizado (HALLIDAY;

HASAN, 1989, HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Para além do registo, há também uma esfera maior, que engloba o contexto de cultura, ou Gênero¹⁶ (ou seja: práticas institucionalizadas, questões enraizadas na cultura de um povo ou comunidade em específico etc.), e a ideologia presentes no texto em questão (EGGINS, 2004).

4. Sistema de Transitividade e Sistema de Avaliatividade

Halliday e Matthiessen (2014) ainda trazem que o registo se relaciona com as Metafunções da linguagem, que refletem a construção de significado a partir de três perspectivas: a **Ideacional**, relacionada ao campo, que diz respeito à experiência de mundo interior e exterior; a **Interpessoal**, sobre as relações, que considera as interações e vozes presentes no texto; e a **Textual**, relacionado com o modo, que visa a organizar as informações de um texto. A **Metafunção Ideacional**, que é nosso foco para esta pesquisa, pode ser realizada a partir de um sistema gramatical chamado **Sistema de Transitividade**, que é “responsável por construir um mundo representacional e atribuir significado às nossas experiências” (LIMA-LOPES; PIMENTA, 2017, p. 119). Uma análise a partir do Sistema de Transitividade leva em consideração os grupos verbais, que ganham o nome de processos, os grupos nominais e os grupos adverbiais, como informação adicional para aquilo que é definido no processo (LIMA-LOPES, 2014). “Os processos podem ser divididos entre seis tipos, sendo três principais (materiais, mentais e relacionais) e três cujo significado está em uma zona de interseção entre, pelo menos, dois dos anteriores (verbais, existenciais e comportamentais)” (LIMA-LOPES; PIMENTA, 2017, p.119). Estes processos, com base no que foi trazido por autores como Eggins (2004), Lima-Lopes (2014) e Fuzer e Cabral (2014), podem ser compreendidos da seguinte maneira:

¹⁶ Quando trazido com a primeira letra maiúscula, Gênero, neste trabalho, se refere à definição da Escola de Sidney para o contexto de cultura.

1) Processos materiais: são aqueles que refletem transformações no mundo exterior e interior. Os participantes deste processo são o Ator, a Meta, o Escopo, o Cliente e o Recebedor.

2) Processos Mentais: representam o nível do mundo de nossa consciência, tais processos podem ser perceptivos, cognitivos, emotivos ou desiderativos, sendo seus participantes podem ser definidos como Experienciador e Fenômeno.

3) Processos Relacionais: são os processos da Posse, Identificação e da Atribuição. Os participantes destes processos podem ser o Portador, o Atributo, o Possuído, o Possuidor, o Identificado e o Identificador.

4) Processos Verbais: entre os processos mental e relacional, seus participantes são o Dizente, a Verbiagem, o Receptor e o Alvo, de forma que representa aqueles significados interligados com o que foi dito por alguém.

5) Processos comportamentais: estes processos se localizam entre os materiais e os mentais, representando as ações influenciadas pelo mundo da consciência no mundo físico.

6) Processos existenciais: contam com um único participante, que é o existente. São representados por verbos como haver e existir.

Já o **Sistema de Avaliatividade** (MARTIN; ROSE, 2003; MARTIN; WHITE, 2005) é um dos sistemas desenvolvidos para analisar discurso a partir dos preceitos teóricos da LSF.

De acordo com Martin e Rose (2003), este sistema pode ser utilizado para “negociar nossas relações e dizer aos nossos ouvintes ou leitores como nos sentimos em relação a coisas e pessoas” (MARTIN; ROSE, 2003, p.26). Ele é constituído a partir de um modelo de avaliação pela linguagem no contexto social (MARTIN; ROSE, 2003, p.3), o que significa que os tipos de atitudes envolvidas nos textos que negociamos, a força desses sentimentos e a origem desses sentimentos têm suma importância para o desenvolvimento dessa análise.

No Sistema de Avaliatividade, portanto, podemos determinar a linguagem emocional de um texto a partir do que é apresentado em seu padrão linguístico (LIMA LOPES; PIMENTA, 2017). São três subsistemas considerados para a realização dessa análise: a Atitude, que diz respeito às quais avaliações são realizadas em relação a algo; o Engajamento, que, com base no dialogismo, é responsável por trazer outras vozes para o texto em questão; e a Gradação, que mede a escala dessas avaliações. Cada um desses subsistemas possui suas ramificações, chamadas de regiões semânticas. Neste texto, iremos nos concentrar no subsistema da Atitude, que é dividido em afeto (avaliações de sentimentos positivos ou negativos), julgamento (avaliações de cunho ético ou moral em relação a algo) e apreciação (avaliações que se manifestam no campo estético), sendo o julgamento a região semântica escolhida para a análise do corpus.

A região semântica do Julgamento diz respeito à avaliação do falante/escritor do comportamento de um indivíduo em relação à sua atitude frente a determinadas situações. Essas avaliações podem ser positivas ou negativas e serem relacionadas a um policiamento oral a partir do meio em que as ações são executadas, bem como estarem relacionadas a normas, leis, códigos e comportamentos aceitos ou não por este mesmo meio. O julgamento “constrói linguisticamente as avaliações do comportamento das pessoas a partir de epítetos e atributos” e está diretamente relacionado com a ética direcionada pelo contexto (ALMEIDA, 2010, p. 106). Assim como todo o subsistema de Atitude, os julgamentos podem se fazer presentes de forma implícita ou explícita (MARTIN; ROSE, 2003), o que faz com que advérbios, adjetivos e verbos também possam realizar a função de emitir um julgamento sobre alguém. Como destaca Almeida (2010, p. 106), podemos entender o julgamento como uma institucionalização dos sentimentos, uma vez que eles dizem respeito a padrões pré-estabelecidos pelo falante/escritor sobre como as pessoas devem ou não agir frente a determinadas situações.

Segundo Martin e Rose (2003, p. 32), os julgamentos diferem entre “julgamentos pessoais de admiração ou crítica e julga-

mentos morais de elogio ou condenação”. Martin e White (2005) estabelecem o primeiro tipo de julgamento dentro de um campo chamado **estima social**. Já o segundo tipo de julgamento é chamado de **sanção social**. Podemos ver essas subdivisões no Quadro 1:

Estima Social	Julgamento Positivo	Julgamento Negativo
Normalidade Capacidade Tenacidade	ousado, irreverente inteligente, sagaz corajoso, leal	retrógrado, excêntrico doente, estúpido tímido, covarde
Sanção Social	Julgamento Positivo	Julgamento Negativo
Veracidade Propriedade	honesto, franco justo, generoso	mentiroso, manipulador corrupto, imoral

Quadro 1: divisões da região semântica de Julgamento

5. Metodologia

Este trabalho conta com metodologias de análise pautadas na Linguística Sistêmico-Funcional e no Sistema de Avaliatividade, com o auxílio de um software de análise de corpus, o Sketch Engine,¹⁷ a fim de identificar os principais processos avaliativos envolvidos nos comentários do vídeo em questão. A coleta dos dados, realizada com o YouTube Data Tools,¹⁸ nos rendeu um corpus de 125.000 palavras, 6.261 sentenças e 149.692 formas

Nosso objetivo é identificar as principais escolhas léxico-gramaticais presentes em processos avaliativos, levando em conta os significados experienciais, no corpus coletado e, posteriormente, trabalhar manualmente com um recorte limitado e aleatório de comentários. É importante salientar que, para a demonstração dos dados, os comentários foram mantidos em sua forma original, sem nenhuma forma de correção gramatical ou de ordem das palavras dispostas. Como esta é uma análise em português brasileiro, tam-

¹⁷ <http://sketchengine.co.uk/>

¹⁸ <https://tools.digitalmethods.net/netvizz/youtube/>

bém nos atentamos para as particularidades e a estrutura da língua para realizar as análises (LIMA-LOPES; VIAN JR., 2007).

Assim, esperamos contribuir para a discussão e a relação entre linguagem e tecnologia na exemplificação e prática do midiativismo e como o receptor consome tais conteúdos e se expressa na avaliação do produto. Percebemos que os vídeos do *YouTube*, principalmente relacionado a temas sociais, podem ser uma alternativa educacional no sentido de aproximação do público jovem e o didatismo presente nele, o que auxilia na discussão dentro de sala de aula e na formação crítica de estudantes enquanto cidadãos. Temos como base o que nos apresenta hooks¹⁹ (2017), que “quando nós, como educadores, deixamos que nossa pedagogia seja radicalmente transformada pelo reconhecimento da multiculturalidade do mundo, podemos dar aos alunos a educação que eles desejam e merecem” (hooks, 2017, p. 43).

6. Análise dos Dados

Como forma de visualizar as expressões mais frequentes no corpus de comentários em questão, geramos, com o auxílio do *Sketch Engine*, uma tabela que mostra os dez principais tri-gramas²⁰. Eles estão diretamente relacionados com a classificação e a identificação racial dos comentaristas em questão, uma vez que dizem respeito à cor da pele, à família e a processos relacionais ligados ao próprio comentarista. Para a análise, respeitando os limites desta publicação, destacamos três tri-gramas que nos oferecem um amplo aspecto analítico e que se repete em outros com características e conteúdos semelhantes.

¹⁹O nome é grafado em letras minúsculas, pois, segundo a autora, o que mais importa em sua obra é a substância, e não quem ela é. Para ela, nomes e títulos não têm tanto valor quanto as ideias. Sendo assim, por respeito à opção da autora, decidimos manter a grafia em letras minúsculas, com que ela se identifica.

²⁰Na Linguística do Corpus, consideramos que um n-gram é uma sequência de n itens de uma dada amostra de texto

Dentre os processos relacionais, percebemos que “ser” é processo frequente em seis dos dez tri-gramas mais recorrentes no corpus coletado. “Ser”, em todos os casos, é qualificante de um processo relacional de identificação e geralmente está ligado a um processo mental (“eu acho que eu sou parda...”) ou a um processo verbal atribuído a uma pessoa alheia ao discurso proferido (“...comentou que eu sou negra pelo formato da minha boca”). Ambos os processos trabalham por mitigar a força da afirmação, deixando-a aberta para interpretação dos leitores. Destaca-se a importância deste processo relacional para concordar ou discordar do que é dito pela *youtuber* no vídeo apresentado: há casos em que a relação salienta aquilo que foi colocado nos argumentos (“...eu vivo pra que as pessoas aceitem que eu sou negra SIM!” - neste caso, o “SIM” em caps lock também trabalha para intensificar o discurso), bem como também é utilizada para discordar do que é passado a partir de experiências pessoais (“Não vem com essa pra mim não, eu sou parda e amo todos os meus traços...”).

tri-gramas	frequência	tri-gramas	Frequência
de pele clara	180	negro de pele	51
negra de pele	104	meu pai é	51
que eu sou	66	eu não sou	47
eu sou negra	61	de pele escura	47
minha mãe é	56	que sou negra	43

Quadro 2: Tri-gramas mais frequentes no corpus coletado

Quando esmiuçamos o tri-grama mais frequente, “de pele clara”, que conta com 180 menções dentro do corpus, encontramos a dificuldade em meio à realização do processo relacional (“Sou branca ou negra de pele clara?”, como visto na primeira linha do quadro a seguir), bem como os processos mentais denotam a identificação racial dos comentaristas em certos casos (“... não gosto do termo pardo e me considero negra de pele clara...”). Por outro lado, há julgamentos no campo da capacidade direcionados à Nátaly a partir dessas afirmações. Quando o comentarista diz

que “Agora se você é negra de pele clara, eu sou branco de pele retinta!” (linha 4), ele utiliza de processos relacionais para ressaltar uma ironia que desqualificaria, a partir de sua visão, os argumentos apresentados no vídeo assistido. O mesmo caso é observado nas linhas 6 (“e seu pai é preto vc é mestiço e n apenas negro de pele clara pq tem uma parte de vc que é branco !!!!”) e 7 (“Negros de pele clara? E os brancos de pele escura? Pq não existem?”). Nestes comentários, ainda há uma colocação dos comentaristas para que negros de pele clara considerem sua parte “branca” na identificação racial, embora a discriminação no Brasil seja feita a partir do fenótipo (GUIMARÃES, 1995).

1	é tipo um amarelo. Sou branca ou negra	de pele clara	? Isso me confunde tanto q pqp kkkk Me senti um
2	como posso me considerar só negro	de pele clara	? Eu sou a mais pura mistura 50% de cada, não sei se
3	eu não sou considerada negra porque tenho o tom	de pele clara	, não sou considerada branca porque não tenho o
4	foi IBG é que inventou não. Agora se você e negra	de pele clara	, eu sou branco de pele retinta! O preconceito já
5	tbm não gosto do termo pardo e me considero negra	de pele clara	. Cara que vídeo top... aprendi muito! 👏👏👏 Nossa
6	e seu pai é preto vc é mestiço e n apenas negro	de pele clara	pq tem uma parte de vc q é branco !!!! Acho que
7	jantar com seu pai negro e sua mãe branca. Negros	de pele clara	? E os brancos de pele escura? Pq não existem?

Quadro 3: concordância para “de pele clara” dentro do corpus coletado

Exemplos semelhantes ocorrem no quarto Tri-grama mais frequente, “eu sou negra”, com 61 menções no corpus. Mais uma vez, os julgamentos no campo negativo da capacidade direcionados à *youtuber* estão representados por comentários como o descrito na linha 3 (“... basicamente só a melanina e só por causa disso eu sou negra?”). Nesta concordância, também encontramos

juílgamentos recebidos pelos comentaristas de pessoas externas ao espaço estudado, estes que também estão no campo negativo da capacidade, já que questionam a capacidade de alguém de realizar sua identificação racial (como na linha 2: “...irão dizer não não vc não é branca e se eu disser eu sou negra tb não vão aceitar porque eu não sou negra!” ou na linha 4: “...mesmo que eu tenha assumido para mim mesma que eu sou negra a maioria não me vê dessa forma...”). Processos relacionais também são ressaltados para afirmar a legitimidade da identificação do comentarista (“...eu sou negra SIM! Sou mestiça...”, como na linha 1), bem como os comentaristas ainda fazem uso de processos mentais para refletir sobre sua identificação racial (“...eu sou negra e não me incomoda ser chamada assim...”, como na linha 6).

1	SIM, eu vivo pra que as pessoas aceitem que	eu sou negra	SIM! Sou mestiça, mãe negra e pai branco, minha
2	irão dizer não não vc não é branca e se eu disser	eu sou negra	tb não vão aceitar porque eu não sou negra! Eu não
3	basicamente só a melanina e só por causa disso	eu sou negra	? Pqp mano eu tenho sangue de negro, branco,
4	mesmo que eu tenha assumido para mim mesma que	eu sou negra	a maioria não me vê dessa forma. Eu mesma nunca
5	sei se sou negra ou parda. concordo plenamente,	eu sou negra	,mas meu filho é algo entre o negro e o branco,
6	Eu fico com raiva quando me chamam de moreninha,	eu sou negra	, e não me incomoda ser chamada assim.
7	comigo. Cara olha minha cor, olha meu cabelo,	eu sou negra	, eu me aceito assim, não é porque eu tenho rosto

Quadro 4: concordância para “eu sou negra” dentro do corpus coletado

Um tri-grama que conta com apenas 12 menções no corpus, “você é parda”, está quase inteiramente relacionado aos julgamentos no campo negativo da capacidade de Nátaly. Os comentaristas exigem, em grande parte, uma pertença ao espaço social do branco à *youtuber*, que se classifica enquanto negra de pele clara. Para tal, processos relacionais são realizados a partir de atributos

pertencentes a ela (“... você é parda, seu cabelo não é afro...”, como na linha 3) ou na comparação com outra youtuber (“...você é parda, Lívia Zaruty é negra...”, como na linha 5). Os processos verbais atribuídos à youtuber (“...vc se dizer negra é desvalorizar o movimento...”) também colocam em xeque o julgamento da capacidade de Nátaly de passar o conteúdo apresentado no vídeo, representando o movimento negro e a discussão acerca do colorismo, classificando-a enquanto parda ao invés de negra de pele clara, afastando semanticamente a youtuber de sua própria identificação racial.

1	nem os fatos. Não sou militante. Mas	você é parda	sim e linda! Bjs Não sei se você verá a mensagem
2	e se você fala que é negra td mundo fala “não	você é parda	” é muitooo difícil. Desde pequena embaralham
3	Seu pai pode até ser negro mas sua mãe não,	você é parda	;seu cabelo não é afro, só é
4	também sofrem preconceito nesse país.	você é parda	E vc se dizer negra é desvalorizar o movimento
5	, apesar da pele clara e meus olhos verdes.	você é parda	, Lívia Zaruty é Negra. Obrigada De Nada.
6	renegar sua descendência branca haha,	você é parda	sim, pois tem uma parte branca e uma parte negra,
7	a família da sua mãe é negra e a do seu pai é branca,	você é parda	. Tenho que concordar contigo, Oliver! 🤔+Bixão

Quadro 5: concordância para “você é parda” dentro do corpus coletado

7. Considerações finais

Com base nas análises feitas neste trabalho, percebemos que grande parte dos julgamentos feitos nos comentários coletados são no campo negativo da capacidade. Eles questionam o conhecimento de Nátaly em relação às questões apresentadas no vídeo pelo fato de ela não ser considerada negra por alguns comentaristas. Percebemos, dessa forma, uma tentativa de silenciamento com base na percepção do outro, somente a partir de traços físicos

relacionados à raça, não considerando aspectos sócio-históricos e identitários. Em parte dos comentários, “pardo” é utilizado como tentativa de silenciamento ou apagamento da negritude em quem fala de si ou qualifica, enquanto usar “negro de pele clara” é uma forma de se aproximar do movimento a partir do discurso.

Dessa maneira, notamos a importância dos processos relacionais na identificação racial, ou seja, as pessoas procuram relações de atributos físicos (como o cabelo, olhos, cor de pele, sempre relacionados ao sujeito que escreve o comentário), relações de familiares (“minha mãe”, “meu pai” etc) para se enquadrarem em determinadas classificações raciais. No entanto, como discutimos em relação ao conceito de colorismo e identidade racial, somente essas características físicas e genéticas não são suficientes para a determinação racial.

Nesse sentido, o conceito de raça se baseia, então, “na dimensão social e política” (GOMES, 2011, p. 4) do termo, o que influencia na discriminação na relação que se estabelece com termos culturais e físicos, como observados em nosso corpus. Assim, o conceito de raça é baseado na construção social e identitária inserida no contexto brasileiro, considerando a dimensão histórica e cultural, culminando no racismo estrutural.

É pensando nesse conceito de raça (GOMES, 2005) que lançamos olhar sobre os comentários em análise e a subjetividade deles, em relação à identificação e julgamento considerando o sistema de avaliatividade, como propusemos ao longo do artigo. Dessa forma, acreditamos que tal debate racial seja fundamental em ambientes pedagógicos/educacionais, pautados pela “pedagogia da diversidade” (GOMES, 2011), valorizando o papel da escola nas discussões étnico-culturais a fim de romper com o “mito da democracia racial”, gerando debates e a construção do conhecimento.

Nesse contexto, acreditamos na hibridização dos espaços físicos e virtuais, a partir da imersão e intersecção desses espaços (SANTAELLA, 2013). Dessa forma, concordamos com a autora em relação ao papel da tecnologia na formação das subjetividades

e construções de identidades, a partir das relações que se firmam no ambiente digital. Tal perspectiva vai ao encontro do papel educativo e educacional que vídeos, como o da análise, e as perspectivas midiativistas tem em sala de aula, já que a aprendizagem ubíqua (SANTAELLA, 2013) prevê interação de estudantes com plataformas virtuais, a formação subjetiva e a construção individualizada do conhecimento baseada nos processos abertos de aprendizagem. Assim, acreditamos que vídeos, como o analisado neste artigo, podem servir de material auxiliar no ensino formal, fomentando a discussão étnico-racial em sala de aula, desencadeando outros debates caros à formação acadêmica e pessoal dos estudantes.

Referências Bibliográficas:

- ALMEIDA, F. S. D. P. Atitude: afeto, julgamento e apreciação. In: VIAN JR., O; SOUZA, A. A. de; ALMEIDA, F. S. D.P. **A linguagem da avaliação em Língua Portuguesa: estudos sistêmicos-funcionais com base no Sistema de Avaliatividade**. São Carlos: Pedro e João Editores, p. 99-112, 2010
- CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil: consciência em debate**. Selo Negro, 2011.
- COSTA, K. R. R. da. De quando a pluralidade revela a invisibilidade. In: BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane. (Org.) **Mídia e racismo**. Petrópolis, RJ: DP et Alii, 2012.
- EGGINS, S. **Introduction to systemic functional linguistics**. A&C Black, 2004.
- FERREIRA, D. M. M.; CAMINHA, T. Pigmentocracia e a experiência do preterimento na homossexualidade negra. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 156-174, 2017.
- GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. IN: **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 39-62.
- GOMES, N. L. **Educação, Relações Étnico-Raciais e a Lei 10.639/03**. Disponível em: <<http://antigo.acordacultura.org.br/artigo-25-08-2011>>. acesso dia 20 de novembro de 2018
- GUIMARÃES, A. S. A. Racismo e Anti-Racismo no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, n.º 43, p. 26-44, 1995
- HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, Ruqaiya. **Language, context, and text: Aspects of language in a social-semiotic perspective**. 1989.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, Christian MIM. **An introduction to functional grammar**. Routledge, 2014.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2017.
- HUNTER, M. The persistent problem of colorism: Skin tone, status, and inequality. **Sociology Compass**, v. 1, n. 1, p. 237-254, 2007.
- JENKINS, H. **Cultura da convergência**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.
- JENKINS, H.; GREEN, J.; FORD, Sam. **Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável**. São Paulo: Aleph, 2014.
- LEVY, P.. A revolução contemporânea em matéria de comunicação. **Famecos**, 9, p. 37-49. Porto Alegre, 1998.

LIMA-LOPES, R. E.; PIMENTA, I. S. #Mulheresnofutebol: transitividade e avaliatividade na identificação de padrões sexistas. IN: **Humanidades & Inovação**, v. 4, n. 6, p. 116-131, 2017.

LIMA-LOPES, R. E. Transitivity in Brazilian Greenpeace's electronic bulletins. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 413-439. 2014

LIMA-LOPES, R. E.; VIAN JR, O.. The language of evaluation: appraisal in English. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 23, n. 2, p. 371-381, 2007.

MAIA, R. C. M. Redes cívicas e Internet – do ambiente informativo denso às condições da deliberação pública. In: EISENBERG, J.; CEPIK, M. (Org.). **Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 46-72.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. **The language of evaluation: appraisal in English**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005.

MARTIN, J. R.; ROSE, D. **Genre relations: Mapping culture**. Equinox, 2008.

MATTONI, A. **Media activism**. The Wiley-Blackwell encyclopedia of social and political movements. Nova Jersey: Blackwell Publishing, 2013.

SANTAELLA, L. **Desafios da ubiquidade para a educação**. 2013. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/edicoes/ed09_abril2013/N_MES_1.pdf>. acesso em 10 de outubro de 2018.

SCOLARI, Carlos Alberto (Org). **Ecología de los medios**. Barcelona (Espanha): Editorial Gedisa, 2015.

